



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DIRETORIA-GERAL**

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO
ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO –
2021.**

Em 18 (dezoito) de fevereiro de dois mil e vinte e um, às 11 horas, sob a presidência do Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, Paulo Gustavo Gonet Branco, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo: do MPF – Guilherme Zanina Schelb (titular presencialmente); do MPT – Júnia Soares Nader (titular - virtualmente); do MPM – Ailton José da Silva (titular - virtualmente); e do MPDFT – Paulo José Leite Farias (suplente - presencialmente). Presentes também o Diretor-Geral Adjunto, Manoel Jorge e Silva Neto; e o Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação, Carlos Vinícius Alves Ribeiro. O Conselheiro Titular do MPDFT, Roberto Carlos Batista, foi convocado, porém, justificou sua ausência a tempo de viabilizar a convocação do seu suplente. Os trabalhos foram iniciados com a saudação do Diretor-Geral aos integrantes da reunião, que aconteceu de maneira híbrida com participantes na sede da ESMPU, em Brasília, e dois Conselheiros que, impossibilitados de comparecer à Escola na data definida, participaram de forma virtual, por meio da ferramenta de videoconferência Zoom. Em seguida, o Diretor-Geral informou a edição da Portaria no 016, de 08 de fevereiro de 2021, que tratou do retorno das atividades presenciais no âmbito da Escola, considerando a necessidade de eficiência na oferta dos serviços ao público e as possibilidades profiláticas do momento. Foi esclarecido que caberá aos Secretários a resolução de casos especiais de servidores submetidos à sua estrutura hierárquica. A decisão foi apoiada pelo colegiado, sem dissenso. Passou-se, então, à deliberação de propostas de atividades a serem incluídas no Plano Anual de Atividades - PAA de 2021. O Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação apresentou 06 (seis) projetos: **1) Curso de pós-graduação em "Controle da Administração Pública"** (Processo SEI no 0.01.000.1.002016/2020- 22); **2) Curso de aperfeiçoamento EAD Interativo Síncrono "Improbidade Administrativa: Temas Controvertidos"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000096/2021-61); **3) Projeto "Rotas de Aprendizagem em Inovação para o MPU"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000192/2021-88); **4) Curso de aperfeiçoamento "Impactos da LINDB no controle da Administração Pública"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000254/2021-63); **5) Curso de aperfeiçoamento "A nova Lei de Licitação: Principais Inovações"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000247/2021-58); **6) Curso de aperfeiçoamento "Direito Antidiscriminatório"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000248/2021-31). O Diretor-Geral Adjunto, em seguida, apresentou outras duas propostas: **7) Webinário "Desafios à Autonomia Negocial Coletiva - em Homenagem ao Professor José Augusto Rodrigues Pinto"** (Processo SEI no 0.01.000.1.000278/2021-94); **8) Atividade Acadêmica de Extensão "I Webinário**

Binacional México e Brasil - Direitos Fundamentais, Pandemia e Vacinação" (Processo SEI no 0.01.000.1.000311/2021-76). Durante a apresentação das atividades, o Diretor Adjunto e o Secretário explicitaram os objetivos pedagógicos e a importância de cada uma delas. Registra-se que os Conselheiros tiveram, de maneira antecipada, acesso aos projetos pedagógicos e às propostas das 08 (oito) atividades. Salientou o Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação a disponibilidade orçamentária existente no momento, o que possibilita a realização de todas as atividades propostas. Os Conselheiros concordaram com os projetos, os valores e as contratações deles decorrentes. Tendo sido alcançada a unanimidade dos votantes para aprovação das propostas, está **AUTORIZADA** a inclusão das propostas tratadas nesta Ata no Plano Anual de Atividades de 2021. Na sequência, os participantes debateram as linhas de atuação acadêmica para o próximo período letivo, que ora se inicia. O Conselheiro Guilherme Schelb ressaltou a importância da interlocução com outros órgãos da União, de maneira a buscar uma maior divulgação de nossas atividades e sugeriu, ainda, a busca de novas ferramentas tecnológicas para este fim (aplicativos e outros meios). Nesse sentido, informou o Diretor-Geral que o "Observatório da ESMPU" vai ao encontro do que propõe o Conselheiro. Ressaltou ainda o Diretor-Geral que a relação de integrantes do Observatório está disponível no site da ESMPU e que os Conselheiros poderiam sugerir novos integrantes, de modo a fortalecer essa rede. Os participantes da reunião definiram, ainda, que as propostas de atividades doravante indicadas deverão explicitar, em seus projetos pedagógicos, as bases normativas em que se fundamentam, bem como informar se a atividade é respaldada por normativos legais ou se é baseada em evidências (opinativos). Declarou o Diretor-Geral que a SECIN deverá observar esses critérios nas próximas propostas de atividades apresentadas. Os trabalhos foram encerrados, em 18 (dezoito) de fevereiro de 2021, às 13h, e deles lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho, Paulo Gustavo Gonet Branco e por mim, Cláudia M.V. von Sperling, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral, devendo ser publicada no sítio eletrônico da ESMPU.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Gustavo Gonet Branco, Diretor-Geral**, em 03/03/2021, às 11:36 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Vilela Von Sperling, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral**, em 03/03/2021, às 11:39 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0265008** e o código CRC **C03904BB**.

